



PLENÁRIO DO CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS

Ata da 111ª reunião, realizada em 10 de novembro de 2017

1 Em 10 de novembro de 2017, reuniu-se extraordinariamente o Plenário do
2 Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH), na sede da Secretaria de
3 Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), em Belo
4 Horizonte, Minas Gerais. Compareceram os seguintes conselheiros titulares e
5 suplentes: o presidente Heitor Soares Moreira, representante da SEMAD.
6 Representantes do poder público estadual: André Port Artur de Paiva Torres, da
7 Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (Seplag); Enio Resende de
8 Souza, da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento
9 (Seapa); Guilherme Augusto Duarte Faria, da Secretaria de Estado de
10 Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (Sedectes);
11 Fernando Silva de Paula, da Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento
12 de Água e Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais (Arsae); Marcela
13 Lencine Ferraz, da Secretaria de Estado de Saúde (SES); Juliana Silva de
14 Oliveira, da Secretaria de Estado de Turismo; Ademar Pinto do Carmo, da
15 Secretaria de Estado de Educação (SEE); Pedro de Freitas Moreira, da
16 Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário (Seda); Bérqson Cardoso
17 Guimarães, do Ministério Público do Estado de Minas Gerais (MPMG).
18 Representantes do poder público municipal: Eduardo Machado de Faria Tavares,
19 da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte; Eric Alves Machado, da Prefeitura
20 Municipal de Contagem; Rodrigo José Gonçalves, da Prefeitura Municipal de
21 Betim (representantes dos municípios da Bacia Hidrográfica do Rio São
22 Francisco); Max Miller Fernandes da Silva, da Prefeitura Municipal de São João
23 do Manteninha (representante dos municípios da Bacia Hidrográfica do Leste);
24 Rodrigo Teixeira Bicalho, da Prefeitura Municipal de Viçosa (representante dos
25 municípios da Bacia Hidrográfica do Rio Doce); Agostinho Nardy Riolino, da
26 Prefeitura Municipal de Lima Duarte (representante dos municípios da Bacia
27 Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul). Representantes dos usuários de recursos
28 hídricos: Igor Luna, da Companhia de Saneamento Municipal de Juiz de Fora
29 (Cesama); Rander Abrão Tostes, da Companhia Energética de Minas Gerais
30 (Cemig); Nelson Cunha Guimarães, da Companhia de Saneamento de Minas
31 Gerais (Copasa); Carlos Alberto Santos Oliveira, da Federação da Agricultura e
32 Pecuária do Estado de Minas Gerais (Faemg); Wagner Soares Costa, da
33 Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg); Irany Maria de
34 Lourdes Braga e João Carlos de Melo, do Instituto Brasileiro de Mineração
35 (Ibram); Thiago Salles de Carvalho, da Associação Brasileira de Geração de
36 Energia Limpa (Abragel); Jadir Silva Oliveira, do Sindicato da Indústria do Açúcar
37 no Estado de Minas Gerais (Siamig); Leonardo Romano, da Associação Mineira

38 dos Criadores de Tilápia (Minas Tilápia); Pedro Luís Pereira Ribeiro, do Instituto
39 Aço Brasil (IABr). Representantes de associações legalmente constituídas no
40 Estado para proteção, conservação e melhoria do meio ambiente: Antônio
41 Giacomini Ribeiro, da Associação para Gestão Socioambiental do Triângulo
42 Mineiro (Angá); Carlos Eduardo Silva, da Associação de Proteção Ambiental de
43 Unaí (APA); Flávia Lilian Santos Costa Barroso, do Fórum Nacional da Sociedade
44 Civil nos Comitês de Bacias Hidrográficas (Fonasc). Representantes de
45 associações civis com efetiva atuação em recursos hídricos: Valter Vilela Cunha
46 e José Nelson de Almeida Machado, da Associação Brasileira de Engenharia
47 Sanitária e Ambiental (Abes); Rayssa Cordeiro Figueiredo, do Conselho Regional
48 de Engenharia e Agronomia (Crea); Admilson Martins Diniz e Sérgio Eustáquio
49 Cruz, da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB); Fernando Alves Carneiro, da
50 Associação Brasileira de Águas Subterrâneas (Abas). Representantes de
51 universidades, instituições de ensino ou centros de pesquisa sediados no Estado
52 e com atuação nas áreas de ensino e pesquisa em recursos hídricos ou
53 educação ambiental: Wilson Akira Shimizu, da Universidade Federal de
54 Uberlândia (UFU); Francienne Góis Oliveira, da Universidade de Uberaba
55 (Uniube). **Assuntos em pauta. 1) EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL.** Executado
56 o Hino Nacional Brasileiro. **2) ABERTURA.** O presidente Heitor Soares Moreira
57 declarou aberta a 111ª reunião do Plenário do Conselho Estadual de Recursos
58 Hídricos. **3) COMUNICADOS DOS CONSELHEIROS.** Conselheiro Antônio
59 Giacomini Ribeiro: “Ainda naquela preocupação que nós temos demonstrado
60 praticamente em todas as reuniões, a respeito da desmedida quantidade de
61 poços tubulares que estão sendo colocados, principalmente no Oeste de Minas,
62 na região do Triângulo Mineiro, no Alto Paranaíba, destinados a irrigação com
63 pivô central, o CBH Paracatu, em reunião, analisou a questão e nos solicitou que
64 viéssemos apresentar os resultados rapidamente aqui no Conselho Estadual. Eu
65 vou ler rapidamente. ‘O CBH Paracatu demonstra preocupação com o número
66 excessivo de outorgas para poços tubulares profundos, popularmente conhecidos
67 como poços artesianos, cujas águas destinam-se a irrigação de lavouras em
68 pivôs centrais, e sugere ao IGAM e ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos:
69 1) Controle de outorgas. a) Mapeamento dos poços outorgados e fiscalização
70 para verificar explorações irregulares. b) Zoneamento da bacia para definição das
71 reservas exploráveis. c) Estudos da interferência da exploração sobre a
72 manutenção da reserva potencial e recarga dos aquíferos, além das suas ações
73 com a manutenção da vazão basal da rede de drenagem fluvial. 2) Alternativas
74 para o armazenamento de água para irrigação. As dificuldades impostas a
75 implantação de barramentos nos cursos d’água movem o capital rural no sentido
76 da busca pela água subterrânea, que é bombeada para reservatórios construídos
77 nas áreas mais elevadas do terreno. Esses piscinões, como são conhecidos
78 popularmente, chegam a apresentar área de até 10 hectares, armazenando
79 volumes superiores a 1 milhão de metro cúbico.’ Observação minha: são
80 revestidos com Pead preto, impermeabilizados, esses poços, os reservatórios,

81 então, a evaporação realmente é excessiva, é muito alta. Então, nesse sentido, o
82 CBH Paracatu sugere ao IGAM e ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos: 'a)
83 Definição de critérios locacionais para implantação e manutenção de barramentos
84 rurais. b) Estudar medidas para evitar ou diminuir o assoreamento dos
85 reservatórios existentes, principalmente aqueles provenientes das estradas
86 rurais.' E, finalmente, a questão do monitoramento das vazões. 'A verificação
87 permanente do fluxo hídrico nos canais fluviais por meio de monitoramento
88 hidrológico é que vai aferir o real potencial das águas superficiais na bacia. Assim
89 o CBH Paracatu sugere ao IGAM e ao Conselho Estadual: a) Aumento do
90 número de poços hidrométricos na bacia e incentivar o envolvimento do usuário
91 no processo do monitoramento hidrológico.' Essas são as questões, então,
92 postas, e eu estou transmitindo aqui, mostrando que essa preocupação com os
93 poços é realmente pertinente, e nós não podemos ficar inertes a esse tipo de
94 acontecimento." Conselheiro Wagner Soares Costa: "Nós percebemos a
95 publicação da Resolução Conjunta SEMAD/IEF/FEAM/IGAM 2548, de 6 de
96 novembro, instituindo no âmbito do Sistema Estadual de Meio Ambiente o Grupo
97 de Acompanhamento da Situação Hídrica. Pela leitura que nós fizemos aqui,
98 entendemos que é um grupo só interno do Sisema. É uma prerrogativa do
99 Estado, mas, em uma primeira leitura, nós percebemos a ausência do usuário.
100 Nem mesmo Copasa ou Cemig, que são empresas que estão diretamente ligadas
101 à regularização das vazões de rios, considerando essa escassez hídrica, não
102 estão presentes. Tem um representante do Conselho Estadual COPAM e um
103 representante do Conselho Estadual de Recursos Hídricos. Olhando os
104 conselheiros, eu chamo a atenção para, na hora em que esse assunto vier como
105 pauta, que pelo menos um representante aqui seja do setor de usuário, porque
106 ele tem um interesse muito direto nesse acompanhamento da situação hídrica."
107 Conselheiro Carlos Alberto Santos Oliveira: "Eu quero fazer coro com a
108 manifestação do Giacomini a respeito das ações do CBH Paracatu, e que o alerta
109 que ele deu não fique só como comunicado de conselheiros, que a gente perceba
110 alguma ação mais efetiva nessa questão. Vocês receberam uma cartilha da
111 Faemg a respeito da produção de água através do produtor rural. Lembrando que
112 na lei que institui a Agência Nacional de Águas, me parece que de 1996 ou 97, já
113 está consignada uma advertência, uma proposta de remuneração do produtor
114 rural em dinheiro pela grande contribuição que ele dá na questão das águas
115 neste país. Há uns 12, 14 anos, a Epamig procurou a Federação da Agricultura
116 para que essa ideia do produtor de águas fosse melhor trabalhada, melhor
117 divulgada e melhor apoiada. Naquela ocasião, nós estávamos ainda meio
118 preocupados e não encaminhamos ações efetivas nessa questão. Agora, não,
119 nós temos o reconhecimento de que o produtor rural, além de produção de
120 alimentos e fibras e tudo o mais que nós sabemos, além da fantástica atuação na
121 economia nacional, ele nos fornece também essa questão da produção de águas.
122 Dentro dessa cartilha, tem um xerox de duas matérias publicadas no 'Estado
123 Ecológico'. Isso é muito interessante porque significa mais ou menos uma virada

124 de mesa, porque há dez, 15 anos o produtor rural era o responsável máximo,
125 primeiro, pela degradação do meio ambiente. Agora, nós estamos vendo a
126 principal publicação de questões ambientais, a revista ambientalista 'Meio
127 Ambiente', que já está aceitando algumas ideias da Faemg, inclusive com o
128 discurso que nosso presidente proferiu lá na Fiemg no evento de comemoração
129 do Fórum Mundial das Águas." Conselheiro Antônio Giacomini Ribeiro: "A
130 propósito da observação do senhor Wagner sobre a Resolução Conjunta da
131 SEMAD/IEF/IGAM/FEAM 2548, me parece, esse grupo de acompanhamento da
132 situação hídrica, o colega afirma a importância do usuário em participar dessa
133 comissão. Eu não nego essa importância, mas também igualmente importante é
134 a participação da sociedade civil. Então, eu também gostaria que se olhasse com
135 atenção, no momento da escolha do representante deste Conselho, a sociedade
136 civil também representando aqueles que mais sofrem na situação da crise, que
137 são aqueles que não podem pagar por caminhão-pipa, não podem construir
138 barragens, são aqueles realmente mais desprovidos de recursos, representados
139 aqui pela sociedade civil." Lúcio Guerra Júnior: "Eu sou Lúcio Guerra Júnior, de
140 Conceição do Mato Dentro. Já fui conselheiro em Diamantina, na URC
141 Jequitinhonha, e me senti na obrigação de vir aqui – é a segunda reunião em que
142 venho – e alertar. Eu acho que muitos de vocês talvez não precisem desse alerta,
143 mais nunca é demais. Nós estamos aqui com uma pauta hoje sobre a Anglo
144 American que, no meu modo de ver, nem deveria estar aqui. É um envolvimento
145 que o Estado está fazendo com este Conselho, envolvimento querendo colocar
146 este Conselho junto com uma fraude que já vem ocorrendo nesse licenciamento,
147 desde o início dele, da época da MMX, do senhor Aécio Neves, do Eike Batista e
148 por aí vai. Eu não vou entrar no mérito da questão, porque vai ter, certamente,
149 provavelmente, oportunidade de debater essa situação, mas gostaria de deixar
150 esse alerta com vocês. E falo isso que nem deveria estar aqui porque essa área
151 que está para ter esses córregos licenciados, outorgados para fazer o dreno, é
152 claro que, para fazer pilha de estéril, precisa de dreno. Ninguém está falando
153 isso. A questão é que o que foi liberado para esse empreendimento, apesar de
154 todos os pesares, esse calamitoso empreendimento, o que foi liberado lá era uma
155 cava, que iria ser, posteriormente, preenchida pela pilha de estéril. Uma pilha de
156 estéril única de 140 hectares. E agora eles estão desvirtuando completamente
157 esse empreendimento. Por isso que eu falo que não deveria nem estar sendo
158 pautado aqui. Porque, se houver esse atropelo, e o Estado, inclusive, colocou
159 esse empreendimento como prioritário, vai estar se passando por decisões,
160 inclusive, do DNPM, com aval do DNPM, de uma pilha de estéril de cento e
161 poucos hectares, e o resto da pilha de estéril ia ser dentro da cava para
162 recompor. Então, isso que está sendo 'outorgado' aqui, entre aspas, hoje, não
163 deveria estar sendo nem pautado. Eu gostaria de chamar a atenção dos
164 senhores para esse ponto. E façam um favor, cada um de vocês que está
165 sentado aqui, de fazer valer a cadeira em que vocês estão, que eu acho que é o
166 Conselho Estadual de Recursos Hídricos. Então, não atropelem as coisas,

167 baixem em diligência, peçam para vir aqui o empreendedor, peçam para vir aqui
168 o representante do Estado, o técnico do Estado, porque, se liberarem essa
169 outorga, vocês estarão adiantando uma coisa que, no meu modo de ver, é ilegal.
170 Que não deveria ter, não está licenciado, da maneira que estão querendo colocar
171 agora essa pilha de estéril. Então, se não está licenciado, não precisa de dreno,
172 não precisa de outorga. Eu gostaria de pedir a vocês que baixem em diligência e
173 passem isso para depois.” Marília Carvalho de Melo/IGAM: “Boa tarde a todos.
174 Eu não poderia deixar de vir aqui nesta primeira reunião depois que minha
175 nomeação como diretora geral do IGAM saiu. Como todos vocês sabem, a
176 Fátima pediu para se desligar do IGAM. Ela veio aqui, na última reunião,
177 comunicar isso a vocês. Em função da decisão dela de sair do IGAM, o secretário
178 Jairo e o secretário Germano me convidaram para retornar ao IGAM para assumir
179 esse desafio de dar continuidade ao trabalho que essa gestão já estava
180 executando. Para mim, é uma honra sempre, obviamente, aqui é a minha casa,
181 sou funcionária de carreira do IGAM, estou aqui desde 2002. Tem 15 anos que
182 eu estou nessa instituição, então, é uma honra estar aqui. É sempre um desafio,
183 vocês todos sabem, a Fátima sempre falava sobre as questões todas do IGAM
184 muito abertamente aqui no Conselho, mas eu tenho certeza de que, com a
185 equipe que temos, nós vamos desenvolver um bom trabalho nesse período final
186 de governo. Nós temos mais um ano e pouco de governo, e nesse tempo, se tudo
187 correr bem, eu estarei lá com a equipe apoiando. E me colocar também à
188 disposição de todos os conselheiros. Então, contem comigo, fiquem à vontade
189 para me acionarem quando precisarem. É uma honra estar aqui de novo com
190 vocês.” **4) PROCESSOS ADMINISTRATIVOS DE OUTORGA DE GRANDE**
191 **PORTE PARA EXAME E DELIBERAÇÃO. 4.1) EPO Empreendimentos**
192 **Participações e Obras Ltda. Nova Lima/MG. Processo de outorga nº**
193 **03206/2009 (canalização do córrego estrangulado para fins de urbanização).**
194 **Apresentação: IGAM.** Outorga concedida por maioria nos termos dos pareceres
195 técnico e jurídico do IGAM, com votos contrários dos conselheiros representantes
196 da Prefeitura Municipal de Contagem, Fonasc, Angá, Universidade Federal de
197 Uberlândia e Universidade de Uberaba e abstenções dos representantes do
198 Ministério Público, Seapa, Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, Setur,
199 Prefeitura Municipal de São João do Manteninha, SEE e Arsae. A Presidência
200 registrou 20 votos favoráveis, cinco contrários e sete abstenções. **4.2) Anglo**
201 **American Minério de Ferro Brasil S/A. Canalização e/ou retificação de curso**
202 **de água. Conceição do Mato Dentro/MG. Processo de Outorga nº**
203 **003962/2017. Apresentação: Suppri. 4.3) Anglo American Minério de Ferro**
204 **Brasil S/A. Canalização e/ou retificação de curso de água. Conceição do**
205 **Mato Dentro/MG. Processo de outorga nº 003963/2017. Apresentação:**
206 **Suppri. 4.4) Anglo American Minério de Ferro Brasil S/A. Canalização e/ou**
207 **retificação de curso de água. Conceição do Mato Dentro/MG. Processo de**
208 **outorga nº 003964/2017. Apresentação: Suppri.** Após apresentação dos
209 processos e pareceres pela Suppri nesta sessão e o relato das discussões e

210 decisões pela Câmara Técnica de Instrumentos de Gestão (CTIG), os processos
211 constantes dos itens 4.2, 4.3 e 4.4 foram retirados de pauta pela Presidência a
212 partir de pedido de vista do conselheiro representante do Ministério Público.
213 Justificativa. Conselheiro Bérqson Cardoso Guimarães: “A motivação é a
214 necessidade de análise técnica, dada a complexidade do assunto, a interface de
215 várias áreas que precisam ser analisadas, em função também da apresentação
216 do parecer da CTIG nesta audiência, as conclusões. Eu não me sinto habilitado,
217 como conselheiro representante do Ministério Público, em função do que se
218 produziu tecnicamente até o momento, para exercer o voto nesta reunião.” Foi
219 concedida também vista conjunta aos conselheiros representantes da Fiemg,
220 Fonasc, Faemg, Angá, Sedectes e Prefeitura Municipal de Contagem.
221 Justificativas. Conselheiro Wagner Soares Costa: “Observando o que foi
222 apresentado aqui, não é uso consuntivo, é encapsulamento de drenagem de
223 curso d’água; segurança do maciço, diques que fazem parte do processo de
224 controle. E as diversas instâncias em que foi trafegado esse assunto nos dariam
225 uma tranquilidade para estarmos conversando aqui. Além disso também, aqui
226 nós estamos discutindo a outorga, não estamos discutindo o licenciamento
227 ambiental. Licenciamento ambiental é outra instância. De tal forma que, se o
228 companheiro não abdicar do pedido de vista, eu digo que a Federação das
229 Indústrias acompanha o pedido de vista.” Conselheiro Carlos Alberto Santos
230 Oliveira: “Com a apresentação feita pelos técnicos do IGAM, com os
231 esclarecimentos prestados aqui sobre a reunião da CTIG e com a discussão que
232 nós iríamos manter aqui neste Plenário, eu tenho certeza de que nós teríamos as
233 condições para votar. Como houve pedido de vista, a Faemg pede vista
234 conjunta.” Conselheira Flávia Lilian Santos Costa Barroso: “Da mesma forma que
235 o conselheiro representante do Ministério Público, eu também não me sinto à
236 vontade para votar este processo. Eu acredito que tem diversas outras questões
237 a serem esclarecidas, que não ficaram bem esclarecidas no relatório lido, e o
238 Fonasc também pede vista ao processo.” Conselheiro Antônio Giacomini Ribeiro:
239 “Embora eu pertença à CTIG, estive em todas as reuniões, participei ativamente,
240 li tudo que me veio, mas não me veio tudo. Primeiro, ausência de informações,
241 que foram para o IGAM, mas não chegaram às nossas mãos. Só por esse fato eu
242 já não me sentia à vontade lá durante a CTIG, tanto que eu votei contrário. Em
243 alguns aspectos, inclusive, eu fiz abstenção. Então, eu também faço pedido de
244 vista e solicito os projetos integrais. Pelo seguinte, eu vejo o projeto por dois
245 aspectos. O aspecto interno, a questão da drenagem em si, do maciço, essa
246 parte não me preocupa tanto. O que me preocupa é o entorno do projeto,
247 principalmente o que está a jusante. Isso realmente não está suficientemente
248 esclarecido. Então, é nesse sentido que eu estou pedindo vista. Eu vou pesquisar
249 e, se tiver tempo, vou até o local, inclusive, a minhas próprias custas.”
250 Conselheiro Guilherme Augusto Duarte Faria: “Realmente, é uma lástima, na
251 verdade, este Conselho hoje não conseguir deliberar sobre este processo, uma
252 vez que ele já passou no Comitê, já passou na CTOC, já passou na CTIG, já veio

253 aqui e saiu de pauta indo para a CTIG. Muitas das entidades aqui hoje estão no
254 Comitê também, já levantaram as suas perguntas em reunião do Comitê, que
255 durou mais de seis horas – eu estava lá. As dúvidas foram devidamente
256 esclarecidas. Nós não entendemos ainda quais são as dúvidas que permanecem
257 a respeito desse processo. Os pareceres foram emitidos todos favoráveis ao
258 deferimento das outorgas. E alguns conselheiros que aqui estão pedindo vista
259 também já pediram no Comitê e deram seu retorno de vista. É lamentável.
260 Infelizmente, é um direito, mas não quer dizer que o direito seja razoável neste
261 momento. Nesse sentido, a Sedectes pede vista acompanhando a Fiemg, para
262 que possamos dar um retorno na próxima reunião.” Conselheira Eric Alves
263 Machado: “Em relação ao funcionamento de Câmaras Técnicas do setor de
264 licenciamento ambiental, não são o voto final. Independente do setor embaixador
265 ou da Câmara Técnica, nós temos o direito ao pedido de vista ou ao voto
266 contrário a qualquer comissão. Eu peço vista, também, do processo.”
267 Manifestação da conselheira Irany Maria de Lourdes Braga, presidente da CTIG:
268 “Eu só quero frisar, mais uma vez, que este Plenário tem a prerrogativa de pedir
269 vista quando quiser. A Câmara Técnica existe só para dar apoio, para poder fazer
270 uma análise e dar tranquilidade a este Plenário para poder deferir. Agora, o que
271 eu quero dizer é o seguinte: nós temos membros aqui que estavam na plenária
272 da Câmara Técnica e estão pedindo vista aqui. Por que não pediram lá? Então,
273 mais uma vez, eu digo. Tudo bem, nós temos essa prerrogativa, nós vamos fazer
274 quantas vezes for necessário, mas nós temos que ver se vale a pena continuar,
275 então, com uma Câmara Técnica para poder avaliar essas outorgas antes.”
276 Disponibilização dos processos. Ficou esclarecido que os processos deverão ser
277 digitalizados e encaminhados aos conselheiros que solicitaram vista e que o
278 prazo regimental para apresentação dos relatos deve ser contado a partir da data
279 do recebimento dos processos. **5) ASSUNTOS GERAIS**. O conselheiro Carlos
280 Eduardo Silva, representante do CERH na Comissão Estadual do Programa
281 Estadual de Prevenção, Preparação e Resposta Rápida a Emergências Químicas
282 (P2R2), solicitou ao Plenário a indicação de um representante suplente para
283 revezar na participação das reuniões. Como não houve manifestações de órgãos
284 ou entidades interessados, a Presidência propôs que seja feita uma articulação e
285 que o tema seja tratado na pauta de uma próxima reunião do Plenário, para a
286 indicação do suplente. **6) ENCERRAMENTO**. Não havendo outros assuntos a
287 serem tratados, o presidente Heitor Soares Moreira declarou encerrada a sessão,
288 da qual foi lavrada esta ata.

APROVAÇÃO DA ATA

Anderson Silva de Aguiar
Presidente suplente do Plenário do CERH